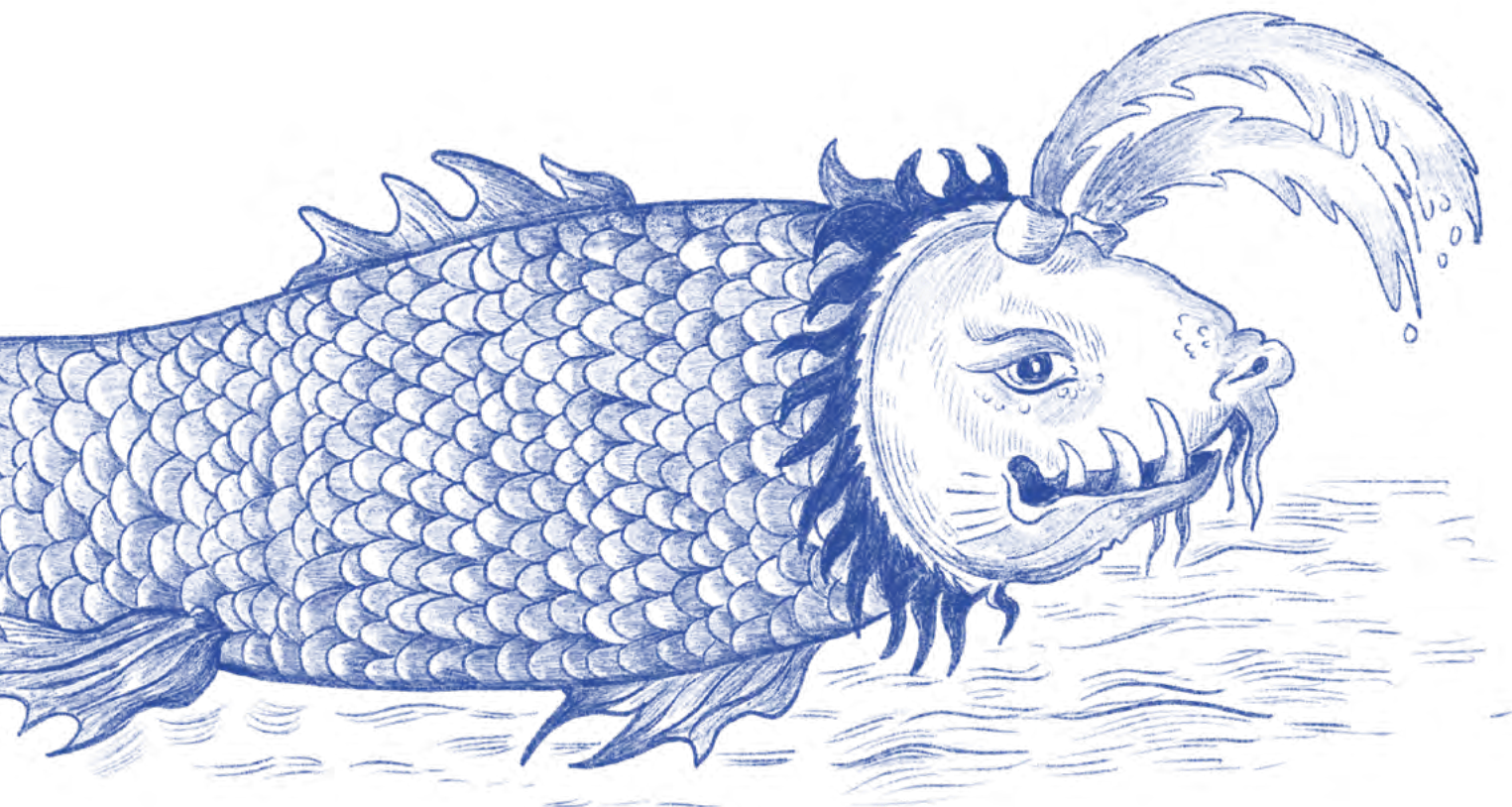


## **Avistamentos da baleia**

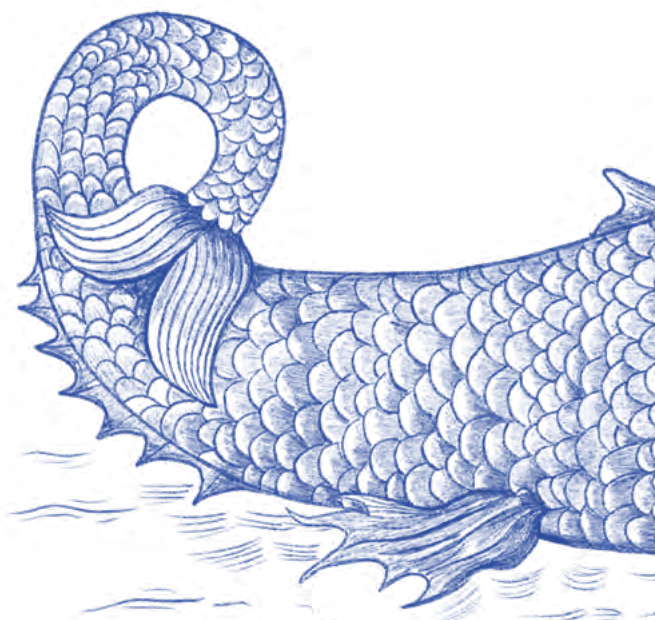
**Francisco Luís Parreira**

A minha relação com o tema dos cetáceos e da baleia tem-se mantido a salvo de todas as minhas obrigações académicas e profissionais, ou só muito indirectamente as infiltrou, encontrando-me eu, por essa razão, naquela precária condição do amador que me apresso a inscrever na margem permanente das notas que se seguem. É certo que a confissão de amadorismo (ou de ignorância) costuma ser uma forma descarada de um orador captar, logo de início, a simpatia de um auditório, mas o meu intuito não é melífluo a esse ponto, e apenas pretendo esclarecer, talvez validar, o ponto de vista em que me situo e a partir do qual devo falar. Trata-se do ponto de vista de quem é suficientemente desorganizado e indulgente nas suas leituras, de quem é com os livros o que o mendigo será com a esmola, cujo dom ele entesoura e não enjeita, e cuja ocasião lhe é indiferente. Tentarei aqui articular alguns dos momentos em que, através da minha peregrinação mendigante ou errática pela história das ideias, a baleia saiu, por assim dizer, ao meu caminho de leitor. Completarei esse registo com um momento de etnografia espontânea ocasionado nas minhas deambulações pelo Sueste Asiático.



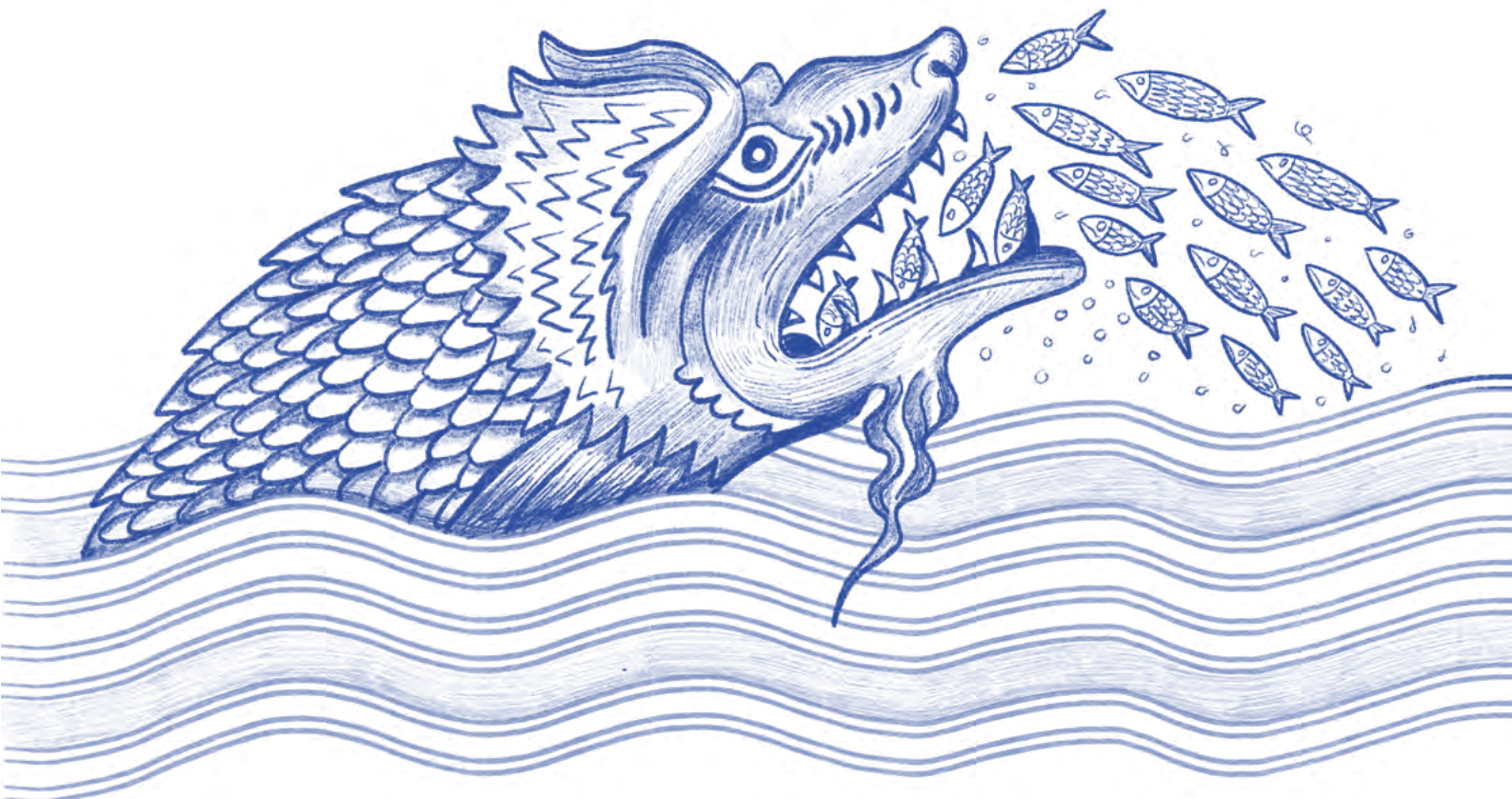
## Monstro e demônio

Na história cultural europeia, a baleia comparece principalmente como uma representação pertencente, ora à demonologia, ora à teratologia (isto é, o saber respeitante aos monstros), dois domínios, de resto, que sempre tenderam à sobreposição ou a uma expressiva contiguidade. A Europa é rica em monstros, rica das suas representações e do seu imaginário; nenhuma época da sua história, porém, se mostrou tão assombrada pelo prodígio natural e tão assídua na sua figuração como a Baixa Idade Média. Dada a profusão de monstros de que então se fez rodear — em mapas e iluminuras, em tímpanos, em arquivoltas de catedrais... —, teria naturalmente a imaginação medieval que pressionar-se também a ordenar e justificar as raças monstruosas, a vinculá-las a uma cartografia, a incluí-las, mal ou bem, na ordem da razão e na ordem da Criação. Ei-las, por exemplo, abundantes nos mapas medievais: estão porém remetidas às extremidades do mundo conhecido, é aí que habitam. Nas iluminuras, de modo análogo, habitam as extremidades do texto manuscrito, isto é, do mundo legível. Esta condição marginal está também reflectida na ornamentação das catedrais e monumentos góticos, cujas lições de pedra se obstinam em corporificar as fronteiras maravilhosas da Terra, exuberando-se com a vida e as formas dos seus habitantes fabulosos, que vivem na Ásia e na África ou lá onde o mar acaba: os grifos, os centauros, as anfisbenas, o basilisco, cujo assobio se materializa em labaredas, o esquíapodo, que corre a uma velocidade prodigiosa, fazendo rodar a sua única perna em torno do corpo, repousando depois à sombra do seu pé imenso. Ao dizer, acima, “maravilhosas”, sou talvez imprudente em alto grau, porque nesse adjetivo apenas se reflete uma tonalidade sentimental ou estética própria da sensibilidade contemporânea, que de modo nenhum é legítimo projectar na experiência medieval. De facto, aquilo que o ocioso visitador de catedrais dos dias de hoje só pode entender por mediação da representação estética, de que participa a categoria do *maravilhoso*, terá sido para o homem medieval algo muito mais decisivo: terá sido uma medida concreta a partir da qual podia traçar as fronteiras do seu mundo e, ao mesmo tempo, certificar o acerto da Graça divina, que colocara no centro da Criação as formas da sua experiência e do seu próprio corpo, remetendo às zonas limítrofes as aberrações que serviam de medida contrastiva para apurar a estabilidade e a bondade dessas formas.



Não obstante mapas, iluminuras e catedrais, foi sobre os bestiários que mais diretamente recaiu a responsabilidade de ordenar e dotar de significado as raças monstruosas. Esses livros magníficos, predecessores dos nossos manuais de zoologia, acatam um princípio invariável: o de que Deus criou diretamente o mundo natural na forma de um símbolo. Assim, a qualquer forma animal criada corresponde uma intenção que se exprime em modo simbólico e que cabe interpretar moralmente ou em modo apologético. O protótipo dos bestiários medievais é o *Fisiólogo*, um texto tardo-helenístico do século V que é, na verdade, uma divulgação da *História Natural* de Plínio. É esse texto a estabelecer certa noção assiduamente recapitulada com maior ou menor grau de atualização nos textos medievais ulteriores: a de que a baleia, a que chama *aspidochelone*, é uma figuração de Satanás. Ao contrário de outros monstros marinhos, como o pelicano ou a ostra, a respeito dos quais o espírito medieval sempre se mostrou um pouco mais especulativo, a baleia é uma alegoria pronta, transparente, desprovida de mistério: o seu significado está inteiramente saturado pela determinação demoníaca. Que a baleia pertença à esfera do demoníaco é, segundo o *Fisiólogo*, comprovado por duas características destacadas. A primeira é o perfume que ela exala pela boca, que é engodo e atração dos pobres peixes e os condena a serem devorados. Não será aqui evidente a analogia com as palavras do demônio, que seduzem os tolos pelo seu perfume e doçura, arrastando-os à perdição? A segunda, o seu tamanho desmesurado, que encoraja certa manha que ela adquiriu de se imobilizar no meio das águas e simular terra firme. Muitos pobres marinheiros, vítimas certificadas dessa ilusão, lançaram âncora, deitaram pé no dorso dela sem nada perceberem e prepararam a sua refeição. Ao atearem a fogueira, porém, a baleia chamuscada logo mergulhou nas profundezas, arrastando consigo os infelizes marinheiros. Ora, não imita o demônio uma terra firme, não é ele o mestre das ilusões traiçoeiras, não arrasta ele os confiados às profundezas fatais?

Esta exemplar tradição oral dos homens do mar logrou superar fronteiras e diferenças culturais e comparece, simultaneamente, nas *Viagens de São Brandão*, um relato irlandês do século VIII ou IX, em que o monstro é chamado Jaconius, e na narrativa de Sinbad, nas *Mil e Uma Noites*, embora aqui seja entendido como um *saratan*, que os polímatas árabes e persas caracterizavam como um crustáceo gigantesco e horripilante.



# Leviatã

Nesta época, a interpretação demonológica tinha fundamentos sólidos e já provecos. Com efeito, os bestiários, e desde logo o *Fisiólogo*, limitavam-se a refletir as interpretações teológicas que formaram a sensibilidade medieval nas suas linhas principais. Sob este ponto de vista, a baleia não é um monstro qualquer. Trata-se, desde logo, de uma imagem ativa do Antigo Testamento, e como tal envolvida, ao longo de séculos, numa infinidade de significados míticos, teológicos e cabalísticos. No *Livro de Job* (40-41), ela recebe o nome de "Leviatã" e é descrita como o mais tremendo dos monstros marinhos. É certo que a realidade a que o *Livro de Job* se refere é imprecisa, e esse problema afeta a maior parte da história interpretativa do portentoso, que costumava sintetizar na descrição dele as características da serpente marinha, do cetáceo e do dragão. Mas com as traduções da Vulgata e, depois, com a tradução da Bíblia por Lutero, a figuração "autorizada" do Leviatã estabilizar-se-á nos traços naturalistas da baleia. Quanto aos predecessores mitológicos do Leviatã, trata-se de uma questão em aberto: talvez ele remonte a um episódio narrado no *Enuma Elis*, o texto que reúne as tradições cosmogônicas sumero-babilônicas e que menciona um monstro marinho primordial, Tiamat, cuja aniquilação pelo deus supremo, Marduk, constituiu o ato possibilitante do ciclo da criação. A representação de *Job* parece identificar-se com o portentoso que, no Apocalipse de São João, é referido como "a besta que emergirá das águas", a "besta do abismo", o que refere, para além de um monstro vinculado ao elemento marinho, sobretudo uma força perigosa, um inimigo declarado, uma aparição que simboliza o poder do diabo. A sua derrota terá função análoga, aparentemente, à derrota do monstro babilônico, vinculada desta vez, não ao ciclo da criação, mas ao ciclo da redenção e à inauguração do tempo messiânico.

Como se adivinha, o cúmulo de interpretações em torno destas imagens bíblicas é imenso. Muitas vezes, o Leviatã é um animal marinho que tudo devora, até mesmo o mar. Na interpretação de São Efraim, o Sírio, e tal como ilustrado em iluminuras bizantinas que representam o Dia do Juízo, será ele a regurgitar os mortos destinados a comparecer no Juízo Final. Isto é em tudo congruente com as etimologias ativas na história veterotestamentária de Jonas e da baleia, na qual a baleia é aparentemente emancipada das suas conexões demoníacas e posta ao serviço do propósito divino. O interior da baleia, em que Jonas permanece três dias, é dito em hebraico *sheol* (*Jonas*, 2: 2), que designa o lugar "recluso", "oculto", ou ainda "esquecido", tal como aplicável à situação do homem na morte. Lê-se de resto em *Mateus* (12: 40) que, tal como Jonas esteve no ventre da baleia, assim o Filho do Homem estará no coração da terra: por três dias e três noites. Mas, para Efraim, o ventre da baleia é explicitamente o túmulo universal da humanidade, errando pelas profundezas oceânicas até ao Dia do Juízo.



Da caótica abundância de visões associadas ao monstro mítico, extraiu também a Patrística cristã certa representação estável com que pôde sintetizar a doxologia crística. Com a morte do Cristo na cruz — eis o fundamento —, o Diabo perdeu o seu poder sobre a humanidade. Ele bem tentou devorar o Deus crucificado, mas na sua bocarra cravou-se a cruz como se fosse um anzol. O Mal é assim representado como um Leviatã, um peixe enorme que Deus remeteu ao mar, à extremidade ameaçadora da criação, para aguardar a sua derrota final, interpretada como uma pescaria. Esta interpretação conheceu inúmeras glosas nos séculos subsequentes. Várias ilustrações em livros medievais representam o Leviatã em conexão com a interpretação patrística que representa Deus como um pescador, o Crucificado como um isco num anzol, às vezes um arpão, e o Diabo como a Besta que emerge dos abismos para morder o isco.

Se o Leviatã é o monstro que, sintetizando todo o mal cósmico, é por fim vencido por Deus, então o seu sacrifício vem inaugurar o tempo messiânico, i.e., a eternidade sem tempo. A vitória final de Deus sobre o Leviatã está prometida em *Isaias 27:1*. Trata-se de uma passagem predileta da apropriação judaica e cabalista do mito, e está na base do tropo do banquete messiânico, conceção de larga fortuna no judaísmo místico, revivida em Lisboa, no século XVI, por Isaac Abravanel, um ilustre cabalista que foi tesoureiro da coroa portuguesa. Esclarece Abravanel que o Leviatã, por fim vencido e esquartejado, será servido aos justos no grande banquete que Deus, após o Juízo Final, lhes proporcionará. A baleia é, pois, a comida dos justos, e ingeri-la é, não tanto uma recompensa, mas um renascimento, o que, sem dúvida, rebate (e do mesmo passo inverte) a narrativa de Jonas: ser devorado pela baleia equivale afinal a devorá-la. Que esta regurgitasse Jonas após retê-lo no ventre durante três dias representou também um renascimento, uma renovação espiritual cuja condição é a descida às profundezas do túmulo.

Não foi incomum, na Idade Média, exhibir-se ou integrar-se mandíbulas, costelas e escápulas de baleia em igrejas; fornecia-se assim evidência osteológica do Leviatã. Estes *hierozoika* — itens do mundo natural sacralizados por via da sua menção nos Evangelhos — sancionavam o poder da Igreja e, eventualmente, dos senhores feudais cujas praias eram, ocasionalmente, cemitério destes colossos. Um exemplo em Portugal é a capela de Atouguia da Baleia, junto a Peniche, que, embora abatida parcialmente pelo terramoto de 1755, ostenta ainda hoje, na parede lateral do altar, parte da mandíbula de uma baleia azul. A este propósito, recordo vivamente a igreja de São João Baptista, em Saint-Jean-de-Luz (Donibane Luhizune), no País Basco francês, em cuja liturgia respondia a congregação com cantos de pescadores, em basco; motivos da caça pelágica da baleia, atividade de que os bascos foram os pioneiros europeus, distinguiam, de resto, os belos painéis de madeira entalhada que ornamentavam a nave do templo, como que prolongando o excepcional retábulo

O termo “Leviatã” seria hoje provavelmente uma relíquia do léxico demoníaco ou messiânico medieval se não tivesse conhecido fortuna inesperada como título de um livro que, em boa medida, conservou o seu significado e o ampliou para uso no mundo moderno. Refiro-me ao texto publicado em 1651 por Thomas Hobbes, um clássico da filosofia política e um dos fundamentos do edifício político que hoje habitamos. Não nos podemos demorar aqui sobre esse livro monumental; direi apenas que o objetivo de Hobbes ao compô-lo foi o de formular uma doutrina do Estado. Tal doutrina não se constituiu apenas idealmente, surdiu também como um emblema da História coetânea. Anteciparam-na 150 anos de práticas soberanas que tiveram talvez de aguardar o momento hobbesiano para se congregarem na sua expressão unificada. Deu Hobbes assim forma a uma realidade — o Estado moderno — cujo laborioso nascimento se vinha processando num momento em que a vida político-económica persistia em extravasar a ordem normativa que ainda a continha desde finais da Idade Média, e em que, por consequência, se assistia a uma perpétua crise de legitimidade do poder e das instituições. Era necessário pois fundar em termos modernos a resposta à questão de como, segundo que possibilidade e sobre que fundamentos podia a ordem política-jurídica ser instituída. Hobbes, inclusivamente, escreve num momento extremo dessa crise: a guerra civil inglesa. A sua obra nasce, portanto, de uma urgência determinada pelos acontecimentos.

A escolha do Leviatã como emblema da ordem política nascente deriva das palavras com que o redator do *Livro de Job* descrevera o monstro: *Non est potestas super Terram quae comparetur ei* ("Não há sobre a terra poder que se compare ao seu"). É este significado mítico de um poder a que ninguém pode resistir que Hobbes quer reter para se referir ao Estado soberano. Naturalmente, o sentido da imagem é apenas determinado pela utilidade da analogia e Hobbes não tem em vista qualquer conotação demonológica. Tal conotação, de resto, já desaparecera por esta altura, levada pelo grande recalçamento renascentista das concepções demonológicas medievais. Esse inflexão é observável, por exemplo, na literatura dos séculos XV e XVI, em que o espírito maligno das crenças populares medievais é transformado no fantasma grotesco e por vezes bem humorado da literatura e do teatro humanista. A mesma transformação é visível na evolução temática da pintura europeia, na passagem, por exemplo, das representações demonológicas de Fra Angelico para as de Miguel Ângelo. No *Giudizio Universale*, que o Angelico pintou em 1431 e que pode ser admirado no Museo di San Marco, em Florença, o demônio é ainda uma realidade ontológica, e não uma internalização de angústia e pavor, uma figuração sem rosto, como já no *Giudizio* de Miguel Ângelo. O mesmo se observa na pintura nórdica. No *Inferno* que Bosch pinta c. 1500, o fogo infernal irrompe pelo véu superficial do mundo visível, a paisagem é o próprio inferno; mas o *Inferno* de Brueghel, cem anos depois, já não revela nenhum traço desta realidade iminente: o inferno é aí uma paisagem estética e psicologicamente interessante, o produto subjetivo de uma arte admirável, mas simplesmente uma arte e não já a expressão de uma forma de enraizamento no mundo.

Numa época, pois, em que os conteúdos demonológicos das imagens já haviam perdido o seu poder efetivo e a mundivisão medieval falira, o título de Hobbes é apenas alusivo. A esse propósito, podemos falar de uma "secularização" do Leviatã, de uma emancipação da baleia do invólucro teológico e messiânico que sempre a envolvera, evolução certamente determinada, por outro lado, pela moderna conquista dos mares. Esta conquista trouxe o mar, até aí ignorante de fronteiras, aos limites do mundo cartografado, prolongando às suas extensões os conceitos constitutivos da ordem jurídica terrestre e situando nele o novo eixo da história universal. É neste âmbito que se torna possível identificar a "modernidade": ela é o que nasce quando o mar deixa de ser o grande vazio inumano e niilista conotado na experiência humana, e se reificam ou domesticam os monstros e pavores que o habitam.



## Romântico paradoxo

É este movimento que está na origem da percepção atual da baleia, uma percepção que talvez deva ser remontada à visão “romântica” do mundo natural, que marcou a grande era das expedições científicas naturalistas, como as de Lineu e dos seus “apóstolos” Humbolt ou Darwin. A esfera do romantismo só se torna possível quando os elementos estão domesticados e aparecem no seu carácter inofensivo, ainda que, para sermos justos, todo o romantismo dependa paradoxalmente de uma nostalgia da potência perdida dos elementos, das trevas e pavores primordiais. Com efeito, só pela domesticação do mar — isto é, pelo poder mortífero que, através da presença humana, invadiu o mar — se reúne a baleia à sua conceção moderna: precisamente quando ela pôde aparecer, não como inimigo, mas como vítima.

Temos hoje da baleia a percepção de uma criatura majestosa, altamente inteligente, dotada de impressionantes aptidões comunicativas, se bem que ainda mal conhecidas. Outros animais podem reclamar alguns dos atributos que reconhecemos aos cetáceos — ocorrem, de imediato, os exemplos do porco e do polvo como criaturas inteligentes, que são, no entanto, espécies criadas ou perseguidas pelo homem em condições aterrorizantes, de modo a serem por ele consumidas. Embora com a baleia ainda aconteça o mesmo, as catástrofes que a assolam parecem merecer do espírito humano uma contrição especial. Sabemos que as baleias formam famílias, grupos sociais estáveis e mesmo culturas — no sentido em que, incontestavelmente, são animais dependentes de conhecimento, do qual há, não só aprendizagem social (embora não saibamos como), como também origens grupais demarcadas dentro de uma mesma espécie: as orcas, por exemplo, usam dialetos transmitidos matrilinearmente. É a determinação cultural que torna as baleias seres radicalmente próximos de nós, e que deveria pressionar a nossa inclusão recíproca, junto com os golfinhos, os cães, os orangotangos e outros primatas, numa única comunidade moral expandida.

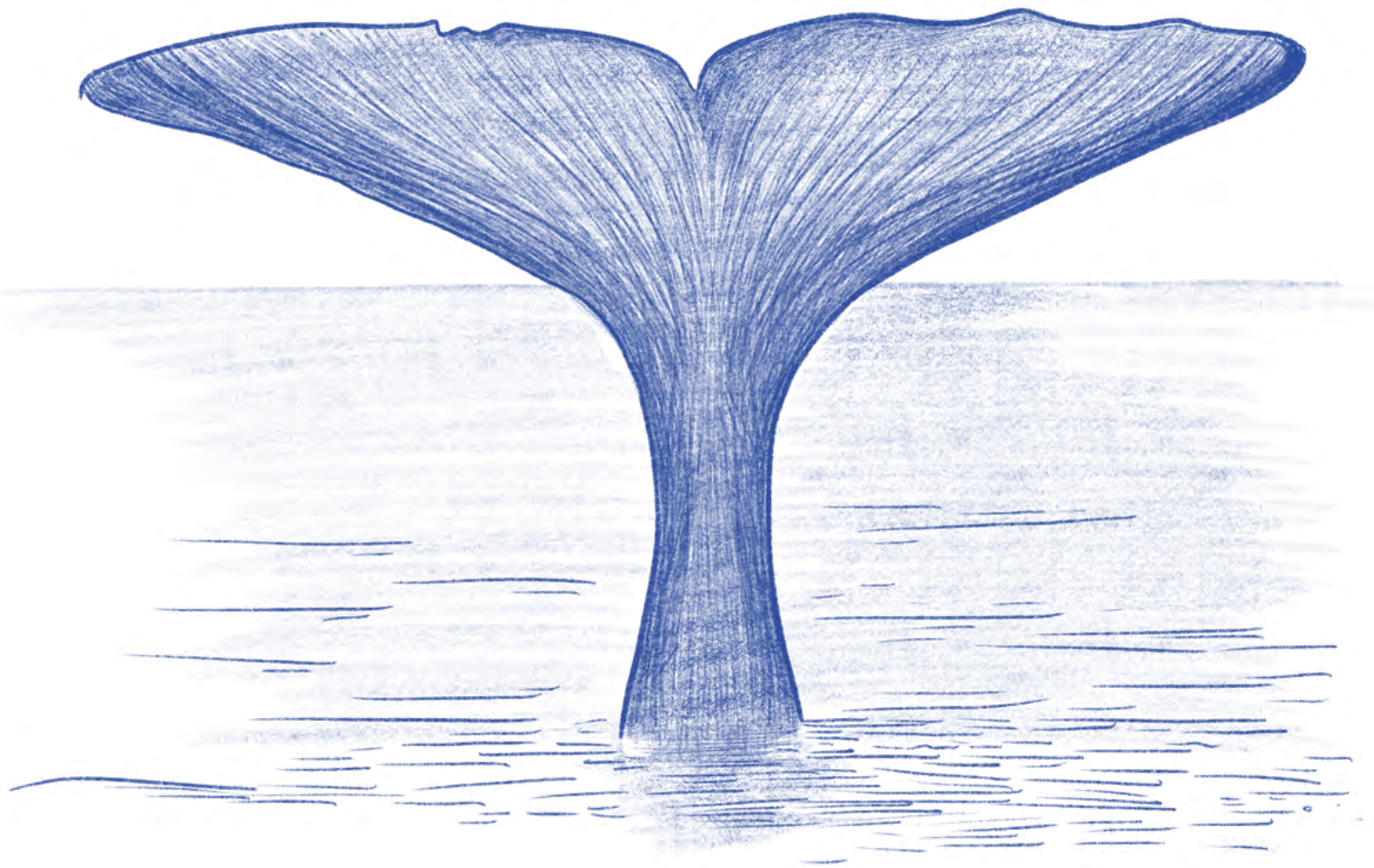
Para remontarmos à que é talvez a primeira instância da percepção romântica, devemos recuar até 1861, ano em que o grande historiador francês Jules Michelet publica (sem relação com a sua obra historiográfica) um hino apaixonado, singelamente intitulado *La Mer*, dedicado à beleza dos mares e às maravilhas neles escondidas e ainda não exploradas pelo homem. Nessa obra, Michelet descreve, com particular comoção, a vida amorosa e familiar da baleia. A baleia-macho, afirma, é o pai mais generoso e o companheiro mais cavalheiresco que se pode conceber. É mais humana que o homem, que a destrói sem piedade. Um enlevo semelhante transparecera já em parte no *Sistema da Natureza* elaborado por Lineu, que, na sua décima edição de 1759, em que a baleia é por fim classificada entre os mamíferos (e não entre os peixes, como até então se praticava), faz constar, com certa nota de assombro, que a baleia tem sangue quente, respirando, não por guelras, mas pulmões; sublinha o seu comportamento gregário e assinala que a fêmea da espécie dá à luz crias muito desenvolvidas que ela amamenta e acompanha amorosamente durante o primeiro ano de vida.

Parte da informação que abastecia Lineu fora acumulada variadamente com ocasião nos encalhes de baleias que, por toda a Europa, atraíam apaixonados fisiólogos e amadores da história natural (e que impressionaram em particular as artes visuais flamengas dos séculos XVII e XVIII). Mas foi no contexto da caça pelágica da baleia, que então infletia para a sua fase industrial, que a vida emocional dos cetáceos, as suas aptidões sociais e mesmo o que se evidenciava já como aprendizagem cultural puderam primeiramente ser apontadas em registos de capitães ou de naturalistas expressamente embarcados. A Michelet e aos naturalistas instruídos pela caça da baleia, esta aparecia como um paradoxo: não sendo um peixe, na aceção zoológica, senão um mamífero de sangue quente, parecido com o homem, tinha porém como elemento vital o mar, sem que, aparentemente, a sua estrutura fisiológica a isso a destinasse. Estava no mar, em suma, como se não lhe pertencesse. Nesta percepção sobrevivia algo da velha injunção mitológica segundo a qual o Criador, agindo sobre o Caos primordial, exilara o monstro no mar, para que ele aí aguardasse a sua derrota definitiva. Significa isto que, para o espírito naturalista, tal como para as multidões que afluíam às praias onde havia acostamento, estar perante a baleia era ainda estar perante uma vitória de Deus.

E, francamente, muito do que sabemos agora das várias espécies de baleia parece propositado para acrescentar de razões este assombro ou, para dizermos de outro modo, esta inadequação da baleia ao ordenamento categorial. Veja-se o caso da baleia-jubarte, que ingere cerca de uma tonelada de peixe por dia. A sua dieta tem predileção pelas enguias de areia, cujas glândulas fazem a excreção do sal (e estão por isso cheias de água doce) e cuja ingestão permite àquelas baleias, revolvendo os fundos oceânicos, saciarem a sede. Nem a mais destemperada imaginação dos bestiários medievais conceberia este paradoxo tão refinado: que embora vivam em grandes massas de água, as baleias sofram de sede. Do mesmo modo, não podem elas dormir completamente. Posto que respiram voluntariamente, necessitam de manter parte do cérebro em estado vigilante (ao passo que a outra metade certamente sonha). Oxalá pudéssemos apreender o que significa ter um sonho real enquanto se está acordado ou tão-só sonhar debaixo de água. Apenas podemos dizer que, em si mesma, a ideia desperta irresistíveis associações de todo estranhas aos onirismos terrestres, associações que talvez necessitem de físicas ignoradas, de espessuras e densidades ainda intraduzíveis nos hábitos dos sentidos.

Outro atributo insólito da baleia é a coincidência entre o portento e a fragilidade. A fraqueza das baleias advém paradoxalmente da sua coesão e gregarismo. As baleias costumam navegar em fileiras, garantindo a sua segurança através do grande número. Para se alimentarem, mergulham em grupo, sincronizando os sons que emitem como uma espécie de rede de informação contra predadores (provavelmente). As suas técnicas de defesa são grupais: é o caso da célebre formação dita "em margarida", em que o grupo se dispõe em círculo com as caudas viradas para o exterior. Mas essas técnicas, que fazem de cada baleia o refúgio da sua congénere, de passo que são bem sucedidas a repelir ataques de orcas, apenas aumentam a sua exposição à avidez humana. Vários diários e registos de bordo anotam de que modo os companheiros fiéis permaneciam, até o último momento, em redor de uma baleia arpoada, ou até ao momento em que eles próprios, renunciando a afastar-se ou mergulhar, eram arpoados. Este comportamento, conhecido no mundo anglo-saxónico como *heaving-to* (e assim mencionado no *Moby Dick*) era conhecido da generalidade dos baleeiros, que capitalizavam a tendência fatal das suas presas para se agregarem em situação de perigo. E havia depois as percepções dilacerantes. O doutor Thomas Beale, *surgeon*, embarcado num baleeiro no Pacífico, observava no seu diário de viagem, em 1839, que os cachalotes-fêmea eram notáveis pelo instinto protetor das crias, às quais acudiam com o mais coriáceo desvelo quando o perigo rondava. E a Raul Brandão contavam os pescadores do Pico, que ele acompanhou, que o ambaque (ou baleia preta) "se deixava matar quando lhe apanhavam o pequeno (...) A mãe já não o larga e prefere, se não pode fugir com ele metido debaixo da asa, que a acabem às lançadas" (Brandão: 106). E Beale, outra vez, não se esquece de agregar à sua descrição a seguinte nota pungente: "Parece haver, por parte dos mais novos, reciprocidade nesse amor, pois continuávamos a avistá-los nas imediações do navio muito depois dos seus pais terem sido mortos" (Beale: 53).





## Moby Dick

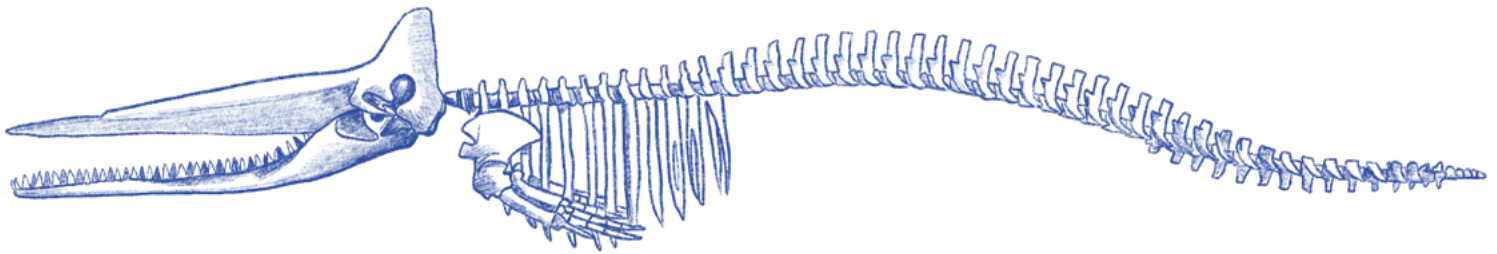
Que a baleia não esteja no ambiente a que pertence é talvez percepção que se exprime no facto de os perseguidores desse mamífero, apesar do elemento em que opera a sua perseguição, terem sido designados em todas as línguas por “caçadores” e não por “pescadores”. E foi sem dúvida a natureza particular dessa caça que permitiu a Herman Melville, no *Moby Dick*, transportar para o oceano a velha intimidade mítica entre o caçador e a sua presa. Um dos sortilégios desse livro fascinante é a proximidade das suas personagens ao que podemos chamar uma vitória de Deus, uma proximidade, poderíamos dizer, muito maior do que aquela de que Deus seria capaz — quero dizer, a que Deus não basta —, pois, em certa medida, ela requer ou exprime uma cristalização ou reafirmação do mal. Este é o paradoxo que assiste à vitória de Deus: ela implica necessariamente a ausência ou isenção de Deus. O Deus que triunfou é sempre o Deus que deixou de lá estar; e é esse devoluto que o capitão Ahab vem ocupar ou cruzar (não importa se, a este respeito, fizemos de uso de uma teologia implícita, pois falamos de um livro que ocupa nos tempos modernos o lugar que outras eras abriam aos Evangelhos).

*Moby Dick* é também a história de uma reflexão nas águas, semelhante à de Narciso. Porém, a reflexão do Capitão Ahab, ao contrário do que ocorre no mito narrado por Ovídio, é dinâmica: abrange, não as águas tranquilas de um lago, mas os ávidos mares do mundo. Por essa razão, não há devolução da imagem de Ahab; as águas superficiais são incapazes de espelhar, os abismos que lhes subjazem são profundos e insondáveis. Se se manifestam, é na forma de uma baleia branca; mas essa brancura, obsessivamente recavada por Melville, é um símbolo de que a imagem refletida jamais poderá ser aprisionada num significado. É esta torturada relação com o significado nunca localizável que arrasta Ahab cada vez mais longe na profundidade elementar da existência marítima. O carácter propriamente sublime dessa relação não é beliscado quando nos perguntamos, por exemplo, se a história de Ahab não é, em forma sintética, a de todos os caçadores que, por todo o mundo, abriam rotas no mar ignoto seguindo os misteriosos caminhos das baleias. O que aí está em causa é o modo como este outro ser de sangue quente, o homem, se tornou também ele, por reflexão na baleia, o ser de um elemento a que não pertence por natureza, um ser da água.

Nos confins desse elemento adverso e inóspito, homem e baleia, Ahab e Moby Dick, refletem-se no seu paradoxo, na sua — digamos assim — transfusão de uma identidade que se define pela distância em relação a todas as pertencas naturais, o que, no caso do homem, o obrigou a projetar-se naquela esfera de experiência a que só o adjetivo “cósmico” pode dar perfeita expressão. É o que está em causa, por exemplo, quando Ishmael define a impiedosa obsessão de Ahab, dizendo-lhe: «os teus pensamentos formaram uma criatura dentro de ti». A criatura que se forma em Ahab, mais do que um duplo da baleia, é uma fanática brancura que o possui. Escondida no oceano ou no fundo da alma, olha-se para essa brancura, a um tempo santa e demoníaca, como para “as imensidades sem coração do universo”, frase com que fica sugerida uma potência — que é agora do homem, por via da sua reflexão na baleia — de não pertencer a coisa nenhuma, de em nenhuma parte estar em casa ou de só a ter na imensidão indeterminada.

No evangelho de Melville, repercute a todo o momento um convite para nos demorarmos na profundidade e na desmesura — e desse modo somos levados a pressentir uma onnipresença da baleia, quase sempre com nota ameaçadora, e tanto mais terrível quanto menos conciliável num triunfo da visualidade. Em certa passagem, o leitor é convidado a considerar a subtileza do mar, o modo como “as suas temíveis criaturas deslizam nas profundezas, invisíveis, na maior parte, e traiçoeiramente escondidas sob as mais adoráveis tonalidades do azul”. É a profundidade que faz da baleia um ser misterioso. A sua existência invisível é tão-só uma projeção de espantos ou terrores fundamentais. Trata-se da percepção proeminente na nossa relação histórica com a baleia, e que permanece válida não obstante a inflexão romântica. Antes de ter sido inventada a fotografia subaquática, mal sabíamos com o que é que o “monstro” vivo se parecia. O primeiro registo filmográfico subaquático de cachalotes (obtido ao largo do Ceilão) data de 1984. Mas o seu sono coletivo, para o qual, em grupos alargados, eles se alinham verticalmente nas profundezas, no que será talvez a mais assombrosa visão que o mundo natural pode proporcionar, só foi documentado fotograficamente em 2017. Em resumo, somente depois de sabermos como se parece o planeta em que vivemos, saindo dele e fotografando-o a partir de estações espaciais, é que chegámos a saber como se parece uma baleia viva, fotografando-a debaixo de água, como se o portento fosse mais elusivo que a totalidade que o engloba. E é certo que as profundezas, em pleno século XXI, ainda se exuberam com formas de vida que estamos por conhecer; e que, em abismos de cujo rumor ainda não somos íntimos, há talvez enormes baleias ainda sem esboço na percepção humana.

Nós ocupamos as margens do mar. Por vezes, atrevemo-nos a expedições de avistamento, em águas arriscadas; por vezes, sai a baleia da invisibilidade (ou assim parece): é então a desmesura, o excesso do visível que assoberba. Avistar uma baleia não é o mesmo que avistar, por exemplo, uma águia real ou um elefante no aberto da savana. Ainda que excepcional, o avistamento destes animais está ainda repertoriado nas plácidas continuidades sensíveis e emocionais da experiência. Mas o avistamento da baleia pertence a uma outra ordem de patenteamento da vida. Nada representa a vida em escala tamanha. A fisicalidade dela é sobrenatural. A sua aparição simula qualquer coisa de uma revelação que não parece dizer respeito à ordem animal. Embora visível, tange a abstração, faz adivinhar uma vida inconcebível para os nossos olhos, apenas graduados pela medida emprestada pelos nossos corpos. Quando, à nossa frente, irrompem das profundezas, todos os nossos sentidos rebatem a sua própria inadequação, e intui o corpo mortal a que ponto, a si mesmo e à mensurada tessitura das coisas, assola uma iminência de descabro. São estranhos seres que seguem invisíveis campos magnéticos, que se orientam através do som, que cantam, que ouvem através dos próprios corpos. Vivem num meio que nos esmagaria. Do seu mundo, verdadeiramente, nada poderemos saber jamais, e jamais poderá a nossa história integrá-los. Eles provêm diretamente de um magma de vida anterior a qualquer posição histórica; são, por conseguinte, anteriores à Queda, anteriores às distinções que fundam e apertam o mundo humano, têm essa inocência. É por isso que a reflexão de Ahab é total e, ao mesmo tempo, impossível.



## Etnografia da baleia: no Ártico

Cristalizando a travessia existencial humana como aventura marítima, *Moby Dick* é então o apocalipse ou revelação de um vazio final, de uma prolongada auscultação do abismo que não produz mais reflexo que uma bruta branca indecifrável. Esta cristalização, se aqui pode ser revelada, é porque está geneticamente na história humana. Em nenhuma parte, porém, há dela inscrição tão profunda como nas formas culturais desenvolvidas pelos povos do Ártico. Estes povos e comunidades persistiram milenarmente na extremidade, não apenas do mundo físico, mas das possibilidades da existência concebível. No registo antropológico e cultural deste mundo adverso e rarefeito, as baleias assumiram qualidades arquetípicas e posições fundacionais, e foram as gélidas imensidões a produzir as mais complexas etnografias da baleia.

Os mitos que por toda a parte nos são devolvidos pela antropologia cultural elaboram, na sua maioria, um único tema fundamental: no tempo intenso e decisivo, não estávamos cá. Nós, seres prematuros quanto à vida biológica nua, somos, no tempo histórico, tragicamente tardios. A nossa errância pela Terra é muito posterior ao tempo em que os poderes, ignaros da possibilidade humana e sem atenção a ela, procederam às repartições fundamentais. Não estamos apenas em permanente impresença quanto aos tempos que nos cruzam; também existimos em meio ao que já foi constituído e apropriado. É a mnemónica desse carácter inapropriável do mundo que constitui a preocupação essencial do mito. Fomos aqui trazidos sem que outra escolha se oferecesse, mas como visitantes ou intrusos cuja diferença, cujo trespasse, cuja narração de si mesmos a partir de si mesmos, tem agora o poder de tudo desarranjar e se expõe à represália de poderes ainda mais fulgurantes. Todo o ato que ousamos — o da caça, o do fogo, o da união sexual, todas as relações a que o desejo ou a necessidade vinculam o homem — é uma infração ou ofensa potencial. Assim, para que a vida humana possa aspirar a ser mais do que um suplemento incompreensível na ordem do existente, é preciso agir segundo a relação apropriada. É também o ensino dessa cautela que em toda a parte o mito repete sem cessar. E é por isso que o *Moby Dick* se assemelha a um mito derradeiro, destinado a encerrar todos os mitos: no mundo que ele revela, nunca houve afinal pertencas ou adjudicações primeiras de sentido, há só a total solidão da potência ordenadora humana e a desfeita de um mundo que existe mas ainda é anterior ao Sentido.

Os Inuítes, que primeiro ocuparam as regiões costeiras ártica e subártica da América setentrional, temiam e reverenciavam Sedna (ainda hoje quiçá), a divindade que governava o mundo aquático. Os xamãs inuíte frequentemente faziam a sua “viagem” característica às profundezas em que a deusa se precipitou no início dos tempos para lhe pentear os cabelos, modo de apaziguá-la e obter o seu favor. As mãos da deusa não têm dedos. O pai cruel cortou-os com uma faca *in illo tempore*, quando, depois de a lançar às águas para sacrificá-la, a filha se firmou a mãos ambas no rebordo do caiaque. As baleias, as focas e as morsas são as metamorfoses no tempo das falanges decepadas e caídas às águas. Neste mito genealógico, o humano ainda não tem parte — nem as baleias, cuja origem narra, embora o amor do prosaísmo nos levasse talvez a fazer reparo de que a existência da baleia já estava pressuposta na do caiaque (invenção inuíte), que era revestido com a sua pele, armado sobre os seus ossos flexíveis e cosido com tripa de foca: pequenos arremedos de baleia, em suma, dentro dos quais o caçador inuíte, como o aleúte ou o nuu-chah-nulth, saía às águas para pescar ou caçar (embora não para a baleação), e que, para se manterem impermeáveis, eram guardados debaixo de água. Caçadores e baleias pertencem ao mundo que veio depois do primeiro, e há por isso, como em toda a relação venatória, uma fraternidade essencial ou uma constituição recíproca dos dois termos. É esta fluidez identitária que se vê repercutida em toda a cultura da baleia no círculo polar ártico. Tal identidade e, em particular, a sua expressão crítica na captura, permeia todos os aspetos fundamentais da existência humana, desde o impacto da baleação nos padrões de migração e colonização humana à cultura material ou ao comportamento ritual.

A evidência arqueológica indica que, em algumas regiões polares, a baleação como atividade estruturada — nunca uma atividade universal das nações árticas — terá entre 1200 anos e 1800 anos, mas a cultura da baleia com base na caça “passiva” (i.e. o aproveitamento de baleias acostadas ou extraviadas em baixios), tem fronteira que a arqueologia permite fazer recuar pelo menos mais mil anos. Terá sido com a cultura Thule, de que deriva as dos modernos inuítes e iupiques, que, a partir do norte do Alasca, do estreito de Bering e do mar de Chuckchi (o mar interior que, através daquele estreito, comunica com o Pacífico Norte) se começou a praticar em águas abertas a caça da *eubalaena mysticetus*, a Baleia-da-Gronelândia. Tornaram-se os Thule por essa razão a cultura dominante no Ártico, dispersando-se gradualmente pelas zonas costeiras do Mar de Bering até à Gronelândia, duplicando nas suas rotas migratórias as rotas da baleia. Os Thule não apenas se abasteciam da carne e gordura do animal como viviam literalmente dentro dele, usando as costelas e mandíbulas para a construção dos seus abrigos. As antigas sociedades árticas não sepultavam os seus mortos, mas os Thule enterravam os seus caçadores de baleias em sepulturas formadas com as ossadas do animal: mandíbulas e escápulas eram usadas para acomodar e emoldurar o corpo sepultado, decerto para proteger a sua viagem além-túmulo, apropriadamente “no interior” do colosso em torno do qual a sua existência decorrerá.

Para fabricar os seus utensílios, e na ausência de comércio consistente, os caçadores de baleias do Ártico dependiam dos recursos de uma biosfera extraordinariamente rarefeita e austera. No Pacífico Noroeste, a cabeça do arpão era feita com os chifres do alce, e uma corda feita com os tendões do leão marinho ligava o arpão à embarcação. As bexigas e entranhas de morsas e focas eram usadas como flutuadores do arpão. Por vezes, focas esfoladas, evisceradas, insufladas através de um tubo com o sopro dos caçadores e, por fim, cosidas em todos os seus orifícios, eram usadas como contrapesos. Cada foca representava um contrapeso de cerca de 100 quilos, que fatigava a baleia arpoada e reduzia as suas hipóteses de fuga.

Das Ilhas Aleútes e do Estreito de Bering até ao mar da Gronelândia, a baleia era o sustento principal. A pele, rica em vitamina C, era comida, geralmente crua; também a gordura e o óleo eram consumidos, e os ossos aproveitados para abrigo e equipamento: as mandíbulas como patins de trenó, as vértebras como bancos, as barbas como linhas e redes de pesca ou lâminas de faca... As capturas decisivas deveriam ocorrer no outono. A carne era distribuída, armazenada e racionada para homens e cães até à primavera. Os mais antigos registos sistemáticos que a este respeito possuímos datam das últimas décadas do século XVIII e provêm das missões dos Irmãos Morávios na península de Labrador. Um desses registos assinala que a provisão de gordura e carne de uma baleia capturada nos fins do outono foi bastante a alimentar, até ao mês de março, um aglomerado costeiro de 225 pessoas, para além de um número de visitantes de outras partes. Em contrapartida, John Jewitt, um marinheiro norte-americano que viveu cativo entre os Nuu-chah-nulth a inícios do século XIX, recorda nas suas memórias certo inverno em que as quatro baleias capturadas não livraram da fome extrema uma população de quinze mil pessoas. Em todo o caso, só este abastecimento regular de proteína e de vitamina permitiu que surdissem aglomerados estáveis e permanentes. Os caçadores de baleias, pilares da associação humana, tornaram-se figuras reverenciadas, uma elite na hierarquia social, e o poder de dispor do corpo da baleia um dos principais atributos de realza. A baleação permitiu a abertura de redes comerciais entre as comunidades árticas. Foi com base nesta dieta que as sociedades árticas, em geral, cresceram e se tornaram mais agressivas. A guerra chegou ao Ártico, podemos dizê-lo, por causa da baleia.

Tais caçadores não dominavam apenas as técnicas materiais da caça. Eram também ilustrados na magia requerida para atrair as baleias. A caça exigia a pureza ritual. Para os caçadores das nações Nuu-chah-nulth — que desde há cerca de 4200 anos habitaram a ilha de Vancouver e variadamente a costa noroeste do Canadá — era tabu manter relações sexuais durante pelo menos a inteira quinzena que precedia a caça. Se a caça falhava, havia toda a razão para suspeitar que alguém na tripulação teria cometido adultério ou infringido o jejum ritual. Durante a ausência do caçador, a sua mulher deveria permanecer inativa em casa, mantendo a porta aberta para que a baleia pudesse ser simbolicamente recebida. Se um estranho franqueasse essa porta, era certo malograr-se a caça. O papel da mulher na conspiração mágica não ficava por aqui, e opera em correspondências difíceis de discernir. Era com as secreções menstruais da sua mulher que o caçador aleúte untava as suas lanças e arpões, e os xamãs nuu-chah-nulth erguiam tendas de purificação em cujo interior colocavam excrementos das suas esposas: era a mediação de que espíritos propiciados necessitavam para atrair as baleias à costa.

Também os espíritos dos mortos, tanto entre os aleútes como entre os nuu-chah-nulth, tinham papel nesta relação. Esqueletos e cadáveres humanos comunicavam reputadamente com as baleias. Os xamãs empregavam caveiras durante banhos rituais em que mimavam o comportamento das baleias, e os caçadores podiam carregar às costas um esqueleto humano enquanto se banhavam com o mesmo propósito. Por vezes, um cadáver humano era lançado à água, enrolado numa linha de que pendia a efigie de uma baleia. Em todos os aspetos, como já sugerido, parece a caça uma metamorfose do caçador na coisa caçada.

Após arpoar uma baleia, o caçador aleúte permanecia três dias recluso numa tenda, sem água nem comida. Durante esse tempo, imitava os suspiros e os gemidos da baleia ferida, num esforço para apressar a sua morte. Ao emergir da reclusão, ao quarto dia, o caçador procurava pela costa o animal morto. Não aparecendo ele, o caçador repetia a reclusão. De novo vislumbra o tema estrutural: é suposto que o caçador sofra como a sua presa. Perguntei acima se o capitão Ahab não seria emblema de todos os caçadores históricos. A tradição que illustrei nada tem a ver com aquela que pouco depois, em climas mais temperados, em especial no Golfo da Biscaia, mudaria para sempre a relação entre homens e baleias e serviria de protótipo para a atividade baleeira do Nantucket e de Nova Bedford, que modela a história de Melville. Mas parece que a preservação desta ordem mítica, desta ligação a uma realidade primária e comungada, é ainda o que torna extraordinariamente expressiva a antropologia espontânea do *Moby Dick*.

## No Vietname

Na costa central do Vietname, nas imediações da cidade portuária de Đà Nẵng, e em toda a faixa que dela se prolonga para as cidades históricas de Hue (a norte) e Hội An e mais além (a sul), subsistem ainda várias comunidades piscatórias, muitas delas com o seu Lang Ông, isto é, o seu “mausoléu da Alteza”, uma exígua edificação com pórtico e uma porção de terreno consagrado, mas por vezes simples altares dispostos na orla costeira ou recintos efémeros erguidos em ocasião marcada. Prestam todos testemunho de uma especificidade ritual vietnamita que se crê protetora dos pescadores e das populações costeiras.

No Vietname convivem diferentes práticas religiosas. O Confucionismo e o Taoísmo, que marcam o ascendente chinês na herança religiosa nacional, e o Budismo *theravada*, que se difundiu pelo sueste asiático a partir do Ceilão, foram sincretizados com o Đạo Lương, o animismo vietnamita, num cânone singular e unificado hoje chamado *tôn giáo*, “religião popular” ou “tripla religião”. Embora a maior parte da população, se interrogada, se professe não religiosa (ou então budista) é este sincretismo que se vê refletido nas suas práticas. Com esta larga maioria convivem também católicos romanos, protestantes e seguidores de movimentos religiosos nativos como o Cao Đài, fundado em 1919, cujo panteão inclui figuras como Confúcio, Júlio César e Joana d’Arc, ou o Hòa Hảo, forma de budismo profético que rejeita a mediação do templo e privilegia o culto doméstico. Mas mesmo em Hanói, por exemplo, em ruas e serventias mais retiradas, não é impossível depararmo-nos, muitas vezes logo ao cair da noite, com expressões do Lên đống, a prática xamânica em que mulheres, a quem um xamã induziu em transe, rodopiam sobre si mesmas para dar voz aos espíritos protetores, em meio de piras ou pequenos vasos em que se queima dinheiro fantasma.

Integrada neste caldo religioso está a religião dos Cham, uma minoria étnica concentrada principalmente na costa central, mas também repartida pelo Cambodja e a Tailândia. Os Cham descendem do antigo reino do Cham Pa, que predominou no centro e sul do Vietname a partir do século IX. A religião do Cham Pa, fortemente influenciado pela Índia, era o Xivaísmo. Os cerca de cem mil indivíduos que formam a população atual continuarão ainda influenciados pela matriz hinduísta, embora parte significativa siga o Islão, a que os príncipes Cham Pa se converteram antes de o já diminuído reino, a inícios do século XVIII, ser por fim absorvido pelos soberanos vietnamitas. Segundo interpretação infiltrada no senso-comum, o culto da baleia, a que são consagrados os templos e altares que mencionei, é uma sobrevivência ou expansão de núcleos míticos de origem Cham, povo tradicionalmente dependente do mar e da sua faina (na verdade, austronésios de Bornéu, vindos nas migrações pré-históricas do Índico insular para o Sueste Asiático). Essa genealogia, porém, não colhe unanimemente na rara literatura que se dedicou ao tema.

O destinatário do culto é a entidade chamada Cá Ông, “Peixe Alteza (ou Avô)”, também conhecida por Cá Voi (“Peixe Elefante”), e que corresponde à baleia. Embora sejam várias as espécies de baleias que frequentam os mares do sul da China, só duas espécies, na realidade, parecem receber as homenagens culturais: o *chuông* (cachalote) e o *ngoc*, o tímido golfinho que se avista no Ganges, no Mekong e no Ayayarwady, rio cujo nome o identifica na taxonomia: Golfinho-do-Irauádi.

O culto do Cá Ông é sobretudo prestado por pescadores e respectivas famílias. A pesca costeira decorre entre o primeiro e o nono dia do mês lunar, mas entre o décimo e o vigésimo dia os pescadores operam ao largo. Antes de saírem, dirigem-se ao templo para queimar *huông trâm* (paus de incenso) e para pedir proteção e boa fortuna. Os barcos são benzidos e comida é sacrificada na praia. Bonecos de papel, que simbolizam a tripulação, mas em que se desenha trajes cerimoniais, são sacrificados a Mau Ma, a esposa do Cá Ông, em troca da segurança dos seus espíritos e de um retorno a terra sem tribulações.

Este é o culto regular e informal, para além do qual são observadas cerimónias especiais. Por vezes, o Cá Ông ou, mais assiduamente, o *ngoc* dão à costa ou são envolvidos nas redes. A tradição dita que nestas ocasiões seja conduzida uma cerimónia com a presença das populações. Nesta cerimónia, o Ông Luy (“Alteza encalhada”), se for um golfinho, é posto num caixão de bambu forrado a papel vermelho. Os pescadores carregam então o cadáver ao longo da praia até ao templo da aldeia. Só os anciãos se mostram disponíveis para enterrar o Ông Luy; junto dos jovens, ao que parece, o ato desperta um certo temor, devido à crença de que o Ông Luy transporta no seu interior os espíritos daqueles que morreram no mar sem receberem os ritos fúnebres apropriados. Há assim o grande perigo de algum desses espíritos inapaziguados ambicionar um corpo a que se possa transferir, possibilidade que não parece afligir os anciãos. Um incensório fica a marcar o lugar em que os despojos do cetáceo são inumados em terreno consagrado, junto ao templo. Durante a cerimónia, comida confeccionada, frutas e dinheiro fantasma são sacrificados. Nos dias subsequentes, nada se ingere que provenha do mar (no Vietname, onde tudo se come, não há consumo nem aproveitamento económico dos cetáceos). Três anos após o enterro, o Ông Luy é exumado, os ossos limpos com antissépticos e sepultados de novo no Lang Ông, desta vez em caixão, servindo de memorial daqueles que pereceram no mar. Nalguns lugares, as ossadas só permanecem até que outro Ông Luy dê à costa; neste caso, as ossadas mais antigas, por limitação de espaço, são cremadas.

Em Đà Nẵng e nas faixas limítrofes, há uma festividade anual que se inscreve neste ciclo animista. Decorre no mês de março do calendário lunar (em fevereiro, no nosso) e dura dois dias. O primeiro dia é puramente cerimonial e os ofícios servem a demonstrar a gratidão dos pescadores para com o Cá Ông. O segundo dia é puramente festivo. Ofertas votivas são colocadas em altares ricamente decorados com motivos marinhos. Os barcos são engalanados com flores e lanternas de papel. De manhã, saindo os barcos, as famílias de pescadores entoam hinos e percutem tambores. A gratidão devida à baleia é pronunciada em oração pública. Nos dias subsequentes, a cerimónia procede sucessivamente de uma povoação para outra. As festividades compreendem também regatas e competições desportivas, além de atividades teatrais, que incluem apresentações de Hat Boi, a “ópera” tradicional vietnamita e, mais raramente, de Mua Roi Nuộc, a maravilhosa arte das marionetas de água.

Declarei que este tipo de comportamento ritual constitui uma especificidade vietnamita.

A afirmação permanece válida ainda quando se considere, por exemplo, certa prática japonesa em que é possível acusar afinidades expressivas. Pelo menos desde a época da unificação imperial do arquipélago, a inícios do século VIII, a que remonta a primeira menção à caça da baleia (no *Man'yo-shu*, a mais antiga antologia poética japonesa, em que o mar é descrito mais de uma vez como *isana-tori*, “montaria da baleia”), terão praticado os japoneses, além da passiva, uma caça costeira rudimentar e apenas sazonal, nos dois períodos migratórios anuais das baleias do Pacífico (na primavera e no outono). Mas a atividade das comunidades de pescadores foi tradicionalmente complementada, mais ou menos por todo o Japão, pela prestação de ritos fúnebres de preceito budista às baleias mortas, pela sepultura tumular dos seus restos (ou, na ausência destes, o evantamento de cenotáfios pelas linhas da costa), pela condução de memoriais destinados a zelar pelo destino da baleia no além-túmulo e, algumas vezes, pela encomenda à autoridade templária budista de um *kaymiô* para a baleia, isto é, de um nome budista adequado para a existência eterna.

Não está determinada a origem desta ritualidade, também observada em comunidades não piscatórias quando há acostamento de baleias, e que sobrevive nos nossos dias, apesar de mais de um século ter transcorrido sobre a extinção da caça “clássica” ou artesanal. Mas, apresentando-se ela desprovida de aspetos festivos, bem como, na verdade, de preocupações propiciatórias, e sendo tão-só uma ocasião lamentativa (se não de expiação da culpa venatória), não parece configurar analogia do exemplo vietnamita.

Beale, Th., *The Natural History of the Sperm Whale, to which is added, A Sketch of a South-Sea Whaling Voyage, &c.* Londres: John Van Voorst, 1839

Brakes, Ph., Simmonds, M. P. (ed.), *Whales and Dolphins. Cognition, Culture, Conservation and Human Perceptions.* Nova Iorque: Earthscan, 2011

Brandão, R., *As Ilhas Desconhecidas.* Lisboa: Editorial Comunicação, 1987

Ephraem Syrus, *The Repentance of Nineveh. A Metrical Homily on the Mission of Jonah.* Robert B. Blackader: Londres, 1853

Hobbes, Th., *Leviatã.* Lisboa: INCM, 2002

Jacob, H. K., Snoeijing, K., *Arctic whaling: proceedings of the International Symposium Arctic Whaling, February 1983.* Groningen: University of Groningen, 1984

Jewitt, J. R., *Narrative of the Adventures and Sufferings of John R. Jewitt, only survivor of the crew of the ship Boston, during a captivity of nearly three years &c.* Ithaca: Mack, Andrus, 1849

King, R. J., *Ahab's Rolling Sea. A Natural History of Moby Dick.* Chicago: University of Chicago Press, 2019

Mackley, J. S., *The Legend of St Brendan. A Comparative Study of the Latin and Anglo-Norman Versions.* Leiden / Boston: Brill, 2008

Melville, H., *The Writings of Herman Melville, vol. 6: Moby Dick, or the Whale.* Evanston / Chicago: Northwestern University Press, 1988

Monks, G., “Quit Blubbering: An Examination of Nuu’chah’nulth (Nootkan) Whale Butchery”. *International Journal of Osteoarchaeology* 11: 136–149 (2001)

Plínio o Velho, *Histoire Naturelle, I–VIII.* Fixação, tradução e notas de A. Ernout. Paris: Les Belles Lettres, 1952

Roman, J., *Whale.* Londres: Reaktion Books, 2006

Taylor, J. G., “Labrador Inuit Whale Use during the Early Contact Period”. *Arctic Anthropology*, Vol. 25, No. 1 (1988), pp. 120–130

The Nippon Gakujutsu Shinkokai (trad.), *Man'yōshū.* Nova Iorque: Columbia University Press, 1965  
Zambon, F. (ed.) *Il Fisiologo.* Milão: Adelphi, 1982